

19/XII/74

Caro "chefe":
 O q' está aqui é m.º impor-
 tante mas guarde só p.º si,
 e devolva-me amanhã, até
 bem.

Maria de Lourdes,

[Signature]

Aqui vão as escusas observações que con-
 segui passar ao papel na parte que tive dis-
 ponível desta tarde.

Mas "está-me a ocorrer" não ter dito, muito
 claramente, no último ponto, o que decerto
 parecerá a certas pessoas horrivelmente reacção-
 nário: que o que se prevê sobre "revisão da le-
 gislação sobre o poder económico" se reflectam
 no "Controle do Poder Económico", e, mais ver-
 nal, faz sentido nas actuais circunstâncias,
 porque tende objectivamente a obter o que a
economia portuguesa adquira uma estrutura
potente e eficaz. Toda a economia moderna -
seja capitalista, seja socialista - se baseia em
grupos económicos. Tentar e todo o transe evi-
tar que os grupos se formem e desenvolvam é
ir contra a lógica da própria estruturação de
uma economia capaz de enfrentar o mundo
de hoje. A legislação não deve, pois, ser con-

cebida para dificultar, impossibilitar, supri-
mir os grupos, mas para os vigiar, orientar,
impedir de assumirem posições que os so-
brepõem ao poder do Estado, do sindical, do
da imprensa, o que é bem diferente. De res-
ta, se mais tarde se quizer avançar pela via
da nacionalização, bem mais fácil e técni-
camente fazê-las em relação a grupos do que
em relação a empresas dispersas. E entretanto,
os grupos terão imprimida robustez, competi-
tividade, eficiência, agressividade à economia na-
cional. Acresce - e isto nada é de menor
importância - que a legislação anti-grupos pre-
vista tem uma finalidade maior que relan-
çar a economia, mas a de a retrair ainda
mais. Digo nada tenho dúvida.

~~Desulpe acrescentar o seguinte, a comis-
são liquidatária da J.N. Social ainda não pa-
gon ao J.N.S. os 250 contos. Se lhe for possível
dar um parecer no assunto...~~

Com toda a amizade de

Adérito

ALGUMAS OBSERVAÇÕES

ao

"Programa de Política Económica e Social do Governo Provisório"

1ª. Observação:

Não creio convenha que este documento se denomine "Programa". Por duas razões.

Por um lado, o termo "programa", ligado à expressão "política económica e social", é praticamente sinónimo, para o público, de "plano".

Por outro lado, não se trata efectivamente de um "plano" (aliás, o próprio documento prevê que, a partir dele, será elaborado um "plano"), pois que se apresenta sob a forma de um conjunto de linhas de orientação, que deixa geralmente em aberto a determinação de objectivos precisos, articulados, quantificados, com prazos demarcados e prioridades bem estabelecidas.

Assim, surgindo sob a designação de "programa" (= plano) e não sendo de facto um plano, o documento corre sério risco de provocar grande decepção.

"Orientações Gerais" ou "Orientações Fundamentais" seriam, a meu ver, expressões preferíveis à de "Programa".

2ª. Observação:

Julgo seria preferível que o documento se ocupasse somente de orientações da política económica.

Por um lado, a problemática económica reveste-se presentemente de tal amplitude e agudeza política que se justifica inteiramente seja objecto

de tratamento num documento oficial que só dele se ocupe.

Por outro, o "Programa" não está suficientemente elaborado no que respeita à política social (sendo até omissa quanto a um sector basilar: o da educação), para que se legitime apresentá-lo como sendo o da "política económica e social" do Governo Provisório".

Sugiro, pois, que se retirem do documento os capítulos e parágrafos de política social e que esta seja remetida para um outro documento de "orientações gerais".

3ª. Observação:

Não me parece oportuno que, no texto, se consagrem orientações políticas que ultrapassem o campo (que proponho seja o da "política económica") para o qual se definem orientações.

Ora, isto sucede pelo menos na parte final do 1º. parágrafo do nº. 5 (p. 5), onde se lê que, "no processo de transformação da sociedade portuguesa", "o MFA representará o papel de vanguarda, com o concurso das restantes forças patrióticas e democráticas, etc."

Esta fórmula, talvez não intencionalmente, implica opção por um "modelo político" determinado e não deixará de ser lida como significando que, desde já, se escolhe um regime predominantemente militar, ao qual as forças civis serão apenas chamadas a prestar o seu "concurso". Sem pôr em causa se é esse ou não o "modelo político" adequado, o que não se afigura conveniente é que seja oficialmente adoptado através de um documento desta natureza.

4ª. Observação:

Creio que seria vantajoso que o documento fosse substancialmente mais breve e mais concreto.

Extenso como é, o seu impacto político - que julgo fundamental ter em vista - corre o risco de se diluir, por muitos esforços que se desenvol-

vam para o dar a conhecer, o explicar, o levar ao conhecimento do país. Es se risco afigura-se tanto maior quanto é certo que, apesar de muito extenso, o texto é na generalidade pouco concreto.

Compreendo não seja possível reconvertê-lo rapidamente num novo texto onde se apontem opções muito concretas em relação aos vários domínios nele cobertos. Mas então será preferível que, a manter-se o seu carácter de documento definidor de orientações gerais ou fundamentais, se reduza em muito a sua amplitude e, desde logo, se anuncie a sua concretização a prazo breve em programas de acção (planos) referentes àqueles diversos domínios.

Essencial será, a meu ver, que esses vários "programas de acção" se jam rapidamente preparados e que a sua articulação lhes assegure, no conjunto, o carácter de um verdadeiro plano nacional de emergência (e transição). Mas ou isso se fará com um espírito francamente pragmático, ou chegará tarde demais. As apuradas técnicas de planeamento têm de ceder o passo, na actual situação, à realidade política e à capacidade de decidir sem penosas elocubrações e indecisões.

5ª. Observação:

Ao sugerir que o documento se cinja à problemática da política económica, não quero significar - antes pelo contrário - que esta deva ser tratada independentemente da consideração de "metas sociais". De resto, é a "metas sociais" que, no enunciado dos "Objectivos do Plano" (Cap. III, nº. 5), é conferido principal relevo.

Resumindo o que se me afigura crucial em termos políticos, direi que me parece indispensável - para além da definição de orientações gerais de sentido progressista e socializante - que o Estado se empenhe numa acção que, ao mesmo tempo que eficaz em termos de relançamento da economia, seja capaz de responder às necessidades sociais mais prementes, cuja insatisfação poderia arrastar o país para situações politicamente muito difíceis e susceptíveis de perturbar ou romper a unidade entre as forças populares e as forças políticas progressistas.

Quanto a este ponto, receio que a forma como, nos Capítulos IV e V, o documento se apresenta não seja suficientemente inovadora, continuando a sofrer forte influência de pressupostos que sempre estiveram presentes nos Planos de Fomento - designadamente, o pressuposto de que, numa programação respeitante às actividades económicas, o acento tónico (ou o fulcro) tem de ser localizado na produção.

É aqui necessária, dada a actual situação e conjuntura político-social da sociedade portuguesa, uma certa "inversão de perspectivas". Sem dúvida que é essencial reincentivar a expansão das actividades produtivas, melhorar as suas condições de laboração, incrementar a produtividade, abrir-lhes novos mercados, etc. - o que, de resto, subentende a restauração de um "clima de confiança" que terá de ser fruto de uma persistente acção política, assente numa perfeita clarificação de intenções. Para isto, precisamente, poderá servir de precioso instrumento um texto oficial de "orientações gerais da política económica".

Simplesmente: não é menos essencial ter em vista que, através da retoma e expansão das actividades económicas, se garantam certos objectivos sociais básicos. E estes, é preciso começar por determiná-los. Concretamente: quantos (e quando) empregos têm de ser criados? Que bens e serviços têm de forçosamente de ser garantidos à população? Fixados estes objectivos sociais - e não parece que os serviços técnicos de planeamento hajam de defrontar grandes dificuldades para os estabelecer -, tratar-se-á então de decidir por que meios se irá atingi-los. E, de novo, concretamente: que actividades produtivas serão incentivadas, que projectos serão apoiados, que iniciativas serão directamente assumidas pelo Estado, para que os objectivos de emprego se alcancem? quais dos bens e serviços (alimentos, nomeadamente) que devem ser garantidos à população, serão produzidos no país, que actividades há que estimular para que os produzam, que outros terão de ser importados, que actividades exportadoras deverão ser fomentadas para compensar essas importações, etc?

Isto me conduz a um reparo acerca da insistência na "austeridade", que surge no "Programa". Verdadeiramente, sob esta palavra, eu creio que se encontra um outro problema, que não é propriamente de austeridade, mas de

orientação da estrutura dos consumos. O relançamento da economia não é compatível com um "apertar do cinto" generalizado: pelo contrário, um mercado interno em expansão é-lhe necessário. O de que se trata é que essa expansão se opere naqueles bens e serviços que satisfazem os mais privados de satisfações, os menos favorecidos, e que seja acompanhada por uma correspondente expansão das actividades produtoras desses mesmos bens e serviços.

E volto a reiterar a minha preocupação de pragmatismo. Neste momento, é mais prioritário - parece-me - assegurar emprego do que ter a certeza absoluta de que certo empreendimento, capaz de contribuir para esse resultado, se situa rigorosamente na linha de determinada orientação política. E outro tanto direi no que respeita, por exemplo, a explorar todas as possibilidades que permitam assegurar que ao povo não faltarão os alimentos de que necessita e nos prazos em que deles vai necessitar.

As escolhas económicas aparecem-me, pois, neste momento, fortemente dependentes de opções sociais - e julgo ser esta a perspectiva politicamente correcta. Porque se a situação social se degradar - por desemprego, por falta (e concomitante carestia) de bens e serviços de consumo geral -, será a situação política que profundamente poderá mudar de cariz e originar situações de incontrolável demagogia ou de apelo a uma repressão que poderá pôr termo às admiráveis esperanças do 25 de Abril.

6ª. Observação:

Só mais uma anotação.

Surpreende-me que, no capítulo sobre "Política de Controle do Poder Económico", seja relativamente fraco o relevo dado à "Gestão das Participações do Estado".

Por mim, inclinar-me-ia a pensar que este ponto e o do "Apoio às Pequenas e Médias Empresas" são os dois mais importantes do capítulo. Uma política bem concebida e ousada de "gestão das participações do Estado" representaria, sem dúvida, um eficaz instrumento de intervenção e orientação da economia no sentido preconizado no "Programa". E nem se vê, aliás, como

este sentido possa realizar-se, sem a presença de um sector público amplo e gerido de forma coerente. Quanto ao "apoio às pequenas e médias empresas", afigura-se da maior importância, não só do ponto de vista económico (dadas as características estruturais do nosso sistema produtivo), como também sob o ângulo social e político - como relevante factor, que pode ser, de estabilização social.

Lisboa, 19 de Dezembro de 1974

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'A. Sedas Nunes', with a long horizontal flourish extending to the right.

A. Sedas Nunes

Fundação Cuidar o Futuro